ACF GRUPO ANTÔNIO CARLOS FRANCO

JORNAL DA CIDADE

"SEM LIBERDADE DE CRITICAR, NÃO EXISTE ELOGIO SINCERO". *BEAUMARCHAIS*

55 anos DE COMPROMISSO COM A VERDADE

PUBLICIDADE LEGAL

ARACAJU(SE), TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2026

IGUÁ SERGIPE S.A.

CNPJ nº 58.070.452/0001-20

Relatório da Administração

Ramp-up operacional impulsiona crescimento da Receita e EBITDA Ajustado da Iguá Sergipe

Importante: para todas as comparações entre períodos, destacamos que o início da operação ocorreu em 1º de maio, abrangendo, portanto, apenas parte do segundo trimestre de 2025.

DESTAQUES:

Receita Líquida Ajustada totaliza R$ 233,7 milhões no 4T25 e R$ 583,4 milhões no acumulado do ano, refletindo a consolidação do início das operações em maio. O desempenho foi favorecido pela expansão gradual da base de clientes e pelo avanço na normalização dos processos de faturamento.

O EBITDA Ajustado alcançou R$ 78,6 milhões no 4T25, representando **crescimento de 86,9%** em relação ao trimestre anterior. No acumulado do ano, o indicador somou R$ 129,2 milhões, refletindo os efeitos positivos da entrada em operação plena.

O número de economias de água e esgoto registradas no período foi de 979,5 mil, crescimento de 1,3% em relação ao trimestre anterior, devido à captação de novos clientes e intensificação das ações que contribuíram para a ampliação da base faturável.

O volume faturado atingiu 36,7 milhões de m³ no 4T25, crescimento de 4,2% em relação ao 3T25. No acumulado do ano, o volume totalizou 95,5 milhões de m³, refletindo o avanço das ações de regularização e o investimento em infraestrutura, que marcaram um início sólido das operações.

Os investimentos totalizaram R$ 64,3 milhões no 4T25 e R$ 195,1 milhões no acumulado do ano e estiveram concentrados, majoritariamente, em melhorias operacionais e estruturais.

Performance Operacional

	4T25	3T25	△%	2025
Economias (mil)	**979,5**	**967,4**	**1,3%**	**979,5**
Água	733,8	731,0	0,4%	733,8
Esgoto	245,7	236,4	3,9%	245,7
Volume faturado (milhões m³)	**36,7**	**35,2**	**4,2%**	**95,5**
Água	27,3	26,4	3,6%	71,3
Esgoto	9,4	8,9	6,0%	24,1

• **Economias:** No 4T25, a quantidade de Economias teve um aumento de 1,3% em relação ao 3T25, com destaque em Esgoto, com aumento de 3,9%, e Água com 0,4%. Esse aumento na base de clientes se deve aos impactos positivos das ações voltadas à captação de novos clientes, que têm contribuído para ampliar a quantidade de economias, além do início do Recadastro. A Companhia também segue direcionando esforços para o crescimento em novas ligações de água e aumento de cobertura de esgoto, por meio de obras de expansão e investimentos em infraestrutura, acelerando a captação de clientes.

• **Volume faturado:** Desde o início da operação, a Companhia apresenta crescimento consistente no Volume Faturado, com incremento de 4,2% entre o 3T25 e o 4T25. Esse desempenho reflete os bons resultados obtidos pelas iniciativas estratégicas em andamento, das quais destacam-se: A antecipação de investimentos em abastecimento, melhorando a disponibilidade hídrica, fortalecimento das ações de combate as perdas, que contribuiu na recuperação de volumes, expansão das conexões, impulsionada por campanhas de captação de novos, obras de infraestrutura voltadas a ampliação das redes da água e ampliação da rede disponível de Esgoto, aumentando o índice de cobertura na região. Essas ações demonstram o compromisso da Companhia com a eficiência operacional e com o crescimento sustentável das receitas.

Performance Econômico-Financeira

Destaques Financeiros (R$ '000)

	4T25	3T25	△%	2025
Receita de água	192.283	182.133	5,6%	490.799
Receita de esgoto	53.806	50.274	7,0%	135.680
Receita de construção	14.331	54.066	-73,5%	145.098
Outros serviços	23.884	10.001	138,8%	36.081
Deduções	(36.227)	(28.648)	26,5%	(79.170)
Receita Operacional Líquida	**248.077**	**267.826**	**-7,4%**	**728.488**
Compra d'água	(96.935)	(97.167)	-0,2%	(254.423)
Depreciação e amortização	(35.619)	(35.359)	0,7%	(92.834)
Custo de construção	(14.331)	(54.066)	-73,5%	(145.098)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	9.089	(12.354)	-173,6%	(12.433)
Despesas com pessoal	(22.516)	(17.893)	25,8%	(62.793)
Serviços de terceiros	(16.341)	(16.973)	-3,7%	(52.449)
Outorga e taxas de fiscalização	(1.690)	(1.432)	18,0%	(4.142)
Outros custos e despesas	(26.745)	(25.881)	3,3%	(67.945)
Custos e Despesas	**(205.088)**	**(261.125)**	**-21,5%**	**(692.117)**
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	8.558	9.018	-5,1%	40.603
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(129.336)	(127.914)	1,1%	(429.884)
Comissões e despesas bancárias	(2.571)	(2.683)	-4,2%	(8.307)
Atualização de outorga	(7.165)	(6.480)	10,6%	(40.842)
Outras despesas financeiras	(1.921)	828	-332,0%	(4.938)
Resultado Financeiro	**(132.435)**	**(127.231)**	**4,1%**	**(443.368)**
IR/CSLL	30.160	40.933	-26,3%	138.028
Resultado do período	**(59.286)**	**(79.597)**	**-25,5%**	**(268.969)**

• **Receita:** O principal destaque foi o desempenho da linha de Serviços, que apresentou um crescimento decorrente de ações para aumento da infraestrutura e da base de clientes através de ligações novas de água e esgoto disponibilizadas a população. O impacto dessas iniciativas pode ser observado no avanço da receita de Água, que subiu R$ 10,1 milhões (6%) do terceiro para o quarto trimestre, impulsionado pelo crescimento, e na regularização de novas ligações. A performance reforça a eficácia das estratégias operacionais adotadas para fortalecer a base de clientes, consolidando a concessionária. o **Agua**: Resultado de R$ 192,3 milhões no 4T25, crescimento de 5,6% em relação ao trimestre anterior. Esse desempenho reflete, principalmente, a expansão gradual da base de clientes ativos, e a intensificação das novas ligações domiciliares. Tais fatores contribuíram para o aumento do volume faturado e reforçaram a trajetória sustentável de crescimento operacional.

o **Esgoto**: Registrou R$ 53,8 milhões, aumento de 7% sobre o 3T25, reflexo da ampliação da rede disponível de Esgoto, ativação de novos clientes e regularização das ligações.

o **Servicos**: Totalizou R$ 23,9 milhões no trimestre, um impulsionado pela intensificação das ações de de regularização de novas ligações, evidenciando o resultado das inciativas comerciais e o foco na eficiência operacional. · **Custos e Despesas:** A estrutura de custos reflete a fase inicial de implantação da concessão, caracterizada por investimentos em infraestrutura, mobilização operacional e fortalecimento das equipes locais. As despesas seguem dentro do planejamento previsto para o ciclo de maturação da operação, assegurando as condições necessárias para a expansão dos serviços e o cumprimento das metas contratuais.

o **Pessoal**: Totalizou R$ 22,5 milhões no 4T25, representando a consolidação das equipes operacionais e comerciais formadas, voltadas à execução das obras, atendimento e gestão de clientes.

o **Compra de agua:** Alcançou R$ 96,9 milhões no trimestre e R$ 254,4 milhões no acumulado do ano, em linha com o modelo contratual de fornecimento firmado com a companhia estadual.

o **PECLD:** Resultado de R$ 9,1 milhões, melhora de R$ 21,4 milhões (173,6%) em relação ao último trimestre. Destaque para o bom desempenho operacional da gestão de débitos.

EBITDA (R$ '000)

	4T25	3T25	△%	2025
Resultado do período	**(59.286)**	**(79.597)**	**-25,5%**	**(268.969)**
(+) Tributos sobre o lucro	(30.160)	(40.933)	-26,3%	(138.028)
(+) Financeiras líquidas	132.435	127.231	4,1%	443.368
(+) Amortização / Depreciação	35.619	35.359	0,7%	92.834
EBITDA IFRS	**78.608**	**42.060**	**86,9%**	**129.205**
(+/-) ICPC 01	14.331	54.066	-73,5%	145.098
Receita Líquida ajustada	**233.746**	**213.760**	**9,3%**	**583.390**
EBITDA Ajustado	**78.608**	**42.060**	**86,9%**	**129.205**
Margem EBITDA Ajustado	**33,6%**	**19,7%**	**0,7 p.p.**	**22,1%**

No 4T25, o EBITDA Ajustado da Iguá Sergipe totalizou R$ 78,6milhões, com margem de 33,6%, refletindo o início das operações em maio. No acumulado do ano, o EBITDA Ajustado somou R$ 129,2 milhões, com margem de 22,1%, impactada pelos custos de mobilização inicial durante o período pré-operacional.

Endividamento

Alavancagem (R$ '000)

	4T25	3T25	△%
Dívida Bruta	3.078.990	2.947.600	4,5%
Partes Relacionadas	(55.998)	(53.944)	3,8%
Caixa e aplicações financeiras	**223.805**	**255.137**	**-12,3%**
Dívida Líquida	**2.799.187**	**2.638.519**	**6,1%**

A dívida bruta totalizou R$ 3,1 bilhões no 4T25, alta de 6,4% frente a 3T25, influenciada pela atualização monetária dos instrumentos de dívida, que permanecem em período de carência de juros. O caixa somou R$ 223,8 milhões (-12,3%), resultando em dívida líquida de R$ 2,8 bilhões, aumento de 8,3% no período, refletindo a geração de caixa operacional e a gestão eficiente do endividamento.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ '000)[1]

[1]Cronograma do pagamento de principal, considerando os juros acruados. Desconsidera as debêntures adquiridas pela controladora Iguá Saneamento.

Na Iguá Sergipe, o empréstimo-ponte contratado especificamente para o pagamento das duas primeiras parcelas de outorga fixa possui vencimento final em junho de 2029, salvo hipóteses de amortização ou resgate total antecipados, conforme previsto nas respectivas escrituras de emissão. Com base nesse cronograma de amortização, o prazo médio da dívida da operação é de aproximadamente 4 anos, refletindo uma estrutura financeira alinhada à gestão responsável dos compromissos financeiros da Companhia.

Investimentos

	4T25	3T25	△%	2025
Rede de água	47.893	38.091	25,7%	97.209
Rede de esgoto	1.620	683	137,2%	2.321
Outros investimentos	14.798	15.292	-3,2%	95.548
Total	**64.311**	**54.066**	**18,9%**	**195.078**

No 4T25, a Iguá Sergipe manteve ritmo consistente de execução de seu plano de investimentos, com avanços relevantes nas obras emergenciais, , nas obras do Plano Verão, na conclusão das sedes administrativas e do Centro de Controle Operacional (CCO), além da finalização das reformas das lojas de atendimento. As obras emergenciais avançaram de forma significativa em Poço Redondo, Porto da Folha, Itabaiana–Moita Bonita e Riachão do Dantas, e ampliarão a capacidade de abastecimento e reforçando a segurança hídrica das localidades atendidas. O Plano Verão contemplou a implantação de uma ETA Compacta no município de Estância, bem como a execução de melhorias e duplicações em trechos de adutoras de água tratada na região Norte do estado. Adicionalmente, foram implantados novos reservatórios e realizadas obras de setorização das redes de abastecimento nos municípios de Canindé do São Francisco, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional, garantir maior segurança hídrica e assegurar a continuidade e eficiência no fornecimento de água à população atendida. As sedes administrativas e o CCO atingiram estágio avançado de execução, com a maioria das unidades já concluídas, incluindo a sede de Aracaju. Por fim, as reformas das lojas de atendimento foram integralmente concluídas, aprimorando o ambiente e a experiência dos usuários.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.080	-
Aplicações financeiras	8	163.725	424.594
Contas a receber e outros recebíveis	9	134.642	-
Impostos e contribuições a recuperar		11.567	1.753
Outros ativos		16.739	1
Total do ativo circulante		**386.753**	**426.348**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	146.641	8.593
Outros ativos		3.656	-
Total do realizável a longo prazo		**150.297**	**8.593**
Imobilizado		1.158	-
Ativos de direito de uso		15.500	-
Intangível e ativo de contrato	10	4.695.839	4.631.031
Total do ativo não circulante		**4.862.794**	**4.639.624**
Total do ativo		**5.249.547**	**5.065.972**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	78.221	31.637
Fornecedores - risco sacado	11	2.069	-
Partes relacionadas a pagar	16 b.	5.064	-
Passivo de arrendamento		12.266	-
Poder concedente a pagar	10 a.	967.573	907.387
Debêntures	12	412.243	-
Obrigações fiscais		17.513	549
Provisões e encargos trabalhistas		10.948	-
Outras obrigações		3.763	-
Total do passivo circulante		**1.509.660**	**939.573**
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.464	-
Partes relacionadas a pagar	16 b.	-	9.751
Poder concedente a pagar	10 a.	-	924.818
Passivo de arrendamento		3.708	-
Debêntures	12	2.666.747	1.856.109
Provisão para perdas com causas judiciais		216	-
Total do passivo não circulante		**2.673.135**	**2.790.678**
Total do passivo		**4.182.795**	**3.730.251**
Patrimônio líquido			
Capital social	13 a.	640.001	640.001
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	13 b.	712.399	712.399
Prejuízos acumulados		(285.648)	(16.679)
Total do patrimônio líquido		**1.066.752**	**1.335.721**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.249.547**	**5.065.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercício findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	3	728.488	-
Custo dos serviços prestados	4	(597.924)	-
Lucro bruto		130.564	-
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(94.193)	(3.110)
		(94.193)	(3.110)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		**36.371**	**(3.110)**
Receitas financeiras	5	47.627	11.809
Despesas financeiras	5	(490.995)	(33.971)
Resultado financeiro, líquido		**(443.368)**	**(22.162)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(406.997)**	**(25.272)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(20)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	138.048	8.593
Prejuízo do exercício		**(268.969)**	**(16.679)**
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	7	**(0,192121)**	**(0,018863)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(268.969)	(16.679)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(268.969)**	**(16.679)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Método indireto - Exercício findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(406.997)	(25.272)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Depreciação e amortização	4	92.834	-
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	12.433	-
Atualização de outorga	5	40.842	17.430
Encargos e variações monetárias, líquidas		398.283	11.522
		137.395	**3.680**
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(143.669)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(9.814)	(1.753)
Outros ativos		(20.394)	(1)
Fornecedores e partes relacionadas		61.655	3.110
Poder concedente a pagar		(905.474)	-
Provisões para causas judiciais		216	-
Provisões e encargos trabalhistas		10.948	-
Obrigações fiscais		16.964	549
Outras obrigações		3.763	-
		(848.410)	**5.585**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		3.406	-
Juros pagos de debêntures e arrendamentos		(1.250)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(846.274)**	**5.585**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo intangível, imobilizado e ativo de contrato	10 e 19 a.	(137.053)	(2.809.615)
Aplicações financeiras	8	294.623	(420.124)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**157.570**	**(3.229.739)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização e aumento de capital	13 a.	-	640.001
Debêntures	12	800.000	2.610.000
Custo de transação pago no período	12	(46.355)	(25.847)
Pagamentos de debêntures e arrendamentos		(4.861)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**748.784**	**3.224.154**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**60.080**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**60.080**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercício findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Receitas		**776.608**	**-**
Receitas de contratos com clientes	3	789.041	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	(12.433)	-
Insumos adquiridos de terceiros		**(559.733)**	**(2.086)**
Custos dos serviços prestados		(526.678)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(33.055)	(2.086)
Valor adicionado bruto		**216.875**	**(2.086)**
Depreciação e amortização	4	(92.834)	-
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**124.041**	**(2.086)**
Receitas financeiras	5	47.627	11.809
Valor adicionado total a distribuir		**171.668**	**9.723**
Pessoal		56.781	976
Remuneração direta		47.504	933
Benefícios		7.534	34
FGTS		1.743	9
Impostos, taxas e contribuições		**(105.845)**	**(7.996)**
Federais		(105.871)	(7.996)
Municipais		26	-
Remuneração de capitais de terceiros		**489.701**	**33.422**
Juros	5	438.850	15.992
Aluguéis		1.021	-
Despesa com atualização de outorga	5	41.244	17.430
Outras		8.586	-
Remuneração de capitais próprios		**(268.969)**	**(16.679)**
Prejuízo do exercício		(268.969)	(16.679)
Valor adicionado total distribuído		**171.668**	**9.723**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**13**	**640.001**	**712.399**	**(16.679)**	**1.335.721**
Prejuízo do exercício		-	-	(268.969)	(268.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**13**	**640.001**	**712.399**	**(285.648)**	**1.066.752**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia - **1.1. Informações gerais:** A Iguá Sergipe S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e sem negociação *free float*, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., sociedade anônima de capital aberto com registro na categoria "A" perante a CVM. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída em 5 de novembro de 2024 e tem como objeto principal a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe ("MAES"), bem como a execução de serviços complementares e a exploração de fontes de receitas adicional na área da concessão. A concessão tem prazo de 35 anos, com início em 1° de maio de 2025, data em que a Companhia assumiu as operações, após aproximadamente quatro meses de operação assistida. **1.3. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, refletindo principalmente o perfil de vencimento de obrigações financeiras e contratuais previstas para 2026, em linha com a estrutura de capital do projeto e com o estágio inicial da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo, decorrente principalmente das despesas financeiras associadas à estrutura de financiamento e da atualização monetária da outorga, aspectos inerentes à fase inicial da concessão, iniciada em maio de 2025 e com prazo de 35 anos. Com base na avaliação da Administração, considerando o estágio da concessão, estrutura de capital do projeto, o perfil de vencimento das obrigações financeiras e os planos de estruturação de financiamentos de longo prazo, não existem incertezas relevantes que levantem dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nesse pressuposto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais - **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Reforma tributária: Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva. A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente: (i) à mensuração das receitas não faturadas; (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato; (iii) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros; (iv) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas; e (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão. As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

3. Receita operacional líquida - **3.1. Política contábil:** A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A mensuração da receita reflete o valor que a Companhia espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão. A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de adimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada. a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora. b) Contratos de concessão de serviços e construção: A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. c) Receita de serviços de operação: A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

3.2. Composição

	2025
Água	490.799
Esgoto	135.680
Construção	145.098
Serviços	36.081
Abatimentos e cancelamentos	(18.617)
Total da receita operacional	**789.041**
Impostos sobre serviços	(60.553)
Total da receita operacional líquida	**728.488**

4. Custos e Despesas

Natureza dos custos e despesas	2025	2024
Custo de construção	(145.098)	-
Água - compra	(254.423)	-
Despesas com pessoal	(62.793)	(1.041)
Depreciação e amortização	(92.834)	-
Serviços de terceiros	(52.449)	(1.004)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(12.433)	-
Energia elétrica	(25.707)	-
Outros custos e despesas	(26.297)	(1.065)
Materiais	(15.941)	-
Outorga e taxas de fiscalização	(4.142)	-
Total	**(692.117)**	**(3.110)**
Custo dos serviços prestados	(597.924)	-
Despesas administrativas e gerais	(94.193)	(3.110)
Total	**(692.117)**	**(3.110)**

5. Resultado financeiro - **5.1. Política contábil:** Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras, debêntures e despesas com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	40.603	11.809
Juros de contas a receber de clientes	6.812	-
Outras receitas financeiras	212	-
Total	**47.627**	**11.809**
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(429.884)	(15.311)
Juros sobre arrendamento	(1.250)	-
Juros sobre debêntures com partes relacionadas - Nota 16 b.	(7.715)	(681)
Despesa com atualização de outorga	(40.842)	(17.430)
Comissões e despesas bancárias	(8.307)	-
Outras despesas financeiras	(2.997)	(549)
Total	**(490.995)**	**(33.971)**
Resultado financeiro	**(443.368)**	**(22.162)**

6. Imposto de renda e contribuição social - **6.1. Política Contábil:** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixe de ser provável. Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária. **6.2. Composição:** Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo	Resultado	
	2025	2024	2025	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	153.098	8.593	-	144.505	8.593
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	6.656	-	-	6.656	-
Outras diferenças temporárias	2.454	-	-	2.454	-
Diferimento receita órgão público	-	-	1.263	(1.263)	-
Direitos a faturar	-	-	14.304	(14.304)	-
	162.208	8.593	15.567	138.048	8.593
Compensação (b)	(15.567)	-	(15.567)	-	-
Total	**146.641**	**8.593**	**-**	**138.048**	**8.593**

(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão. (b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(406.997)	(25.272)
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício com imposto a alíquota nominal	**138.379**	**8.593**
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(396)	-
Outras	45	-
Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social	**138.028**	**8.593**
Imposto corrente	(20)	-
Imposto diferido	138.048	8.593
Alíquota efetiva	**34%**	**34%**

6.4. Expectativa de realização: Os ativos fiscais diferidos decorrem, substancialmente, de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social, bem como de diferenças temporárias dedutíveis. A Administração avaliou a recuperabilidade desses créditos com base em projeções de lucros tributáveis futuros constantes do Plano de Negócios aprovado, considerando o estágio inicial da concessão, o prazo remanescente do contrato e o limite legal de compensação de 30% do lucro tributável anual. Com base nessa avaliação, a Administração entende que a realização dos ativos fiscais diferidos ocorrerá antes do término do contrato de concessão.

7. Resultado por ação: O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(268.969)	(16.679)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.400.001.000	884.211.526
Resultado por ação básico e diluído (reais) (a)	(0,192121)	(0,018863)

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº13 b., a Companhia possui 760.000 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - **8.1. Política contábil:** a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Composição	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos			9.520	-
Operações compromissadas	94,47% do CDI	13,52%	19.395	-
Certificado de depósito bancário	96% do CDI	13,74%	31.165	-
Total caixa e equivalentes de caixa			60.080	-
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento (a)	99,49% do CDI	14,24%	163.725	424.594
Total aplicações financeiras			**163.725**	**424.594**

(a) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa nº15.

9. Contas a receber e outros recebíveis - **9.1. Política contábil:** Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento (*aging*), ajustados com base em informações prospectivas. **9.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis:** As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas.

	Nota	2025
Contas a receber de saneamento e serviços		98.716
Direitos a faturar (a)		46.359
Total contas a receber		**145.075**
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(12.433)
		132.642
Operações mensais - partes relacionadas	16	49
Outros		1.951
Total		**134.642**

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

9.3. Composição por vencimento do contas a receber: A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2025
A vencer	78.964
Vencidos até 30 dias	36.570
Vencidos entre 31 e 60 dias	5.911
Vencidos entre 61 e 90 dias	7.457
Vencidos entre 91 e 120 dias	3.367
Vencidos entre 121 e 150 dias	3.730
Vencidos entre 151 e 180 dias	3.770
Vencidos acima de 180 dias	5.306
Total	**145.075**

9.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	12.433
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**12.433**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

10. Intangível e ativo de contrato - **10.1. Política contábil:** Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, a Companhia reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão. Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCPC 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável. Adicionalmente, a Companhia reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.

10.2. Composição - a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / *IFRIC 12*	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga da concessão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	-	4.631.031	4.631.031
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	**4.631.031**	**4.631.031**
Adições	20	149.503	2.698	152.221
Transferências	3.900	41.675	(45.575)	-
Amortização	(25)	-	(87.388)	(87.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.895**	**191.178**	**4.500.766**	**4.695.839**

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2024 Custo total	2025 Adições	2025 Trans-ferência	2025 Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,94	-	-	1.425	1.425
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,00	-	20	592	612
Rede de Água	2,94	-	-	1.883	1.883
Rede de Esgoto		-	-	-	-
Total		-	**20**	**3.900**	**3.920**
Amortização acumulada		-	(25)	-	(25)
Total líquido		-	(5)	3.900	3.895

(a) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão. (ii) Outorga de concessão: Como condição para a assinatura do contrato de concessão, em 13 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de outorga fixa, correspondente a 60% do valor total de R$4.536.937 da proposta vencedora, perfazendo um montante de R$2.722.162. Nos termos da Cláusula 35.2. (i) do Contrato de Concessão, o pagamento da segunda parcela da outorga deve ser realizado dois dias úteis após a transferência definitiva dos sistemas, que ocorreu em 1º de maio de 2025. No dia 5 de maio de 2025, foi realizado o pagamento parcial da segunda parcela no montante de R$883.852, visto que de acordo com o Ofício Externo n°702/2025-SEDURBI e do Ofício Externo n° 703/2025-SEDURBI, serão retidos os valores das outorgas relativos aos municípios de São Cristóvão e Carmópolis. No dia 3 de dezembro de 2025, houve o pagamento de R$21.621, referente ao valor da outorga de São Cristóvão, que teve sua transferência efetiva no dia 1 de dezembro de 2025. A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R$967.573, composto especificamente pela segunda parcela da outorga do município de Carmópolis e pelo montante geral da terceira parcela de outorga, ambas com vencimento em dezembro de 2026, sendo a atualização dos valores com base no IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu juros de atualização no resultado do exercício no montante de R$40.842 (R$17.430 em 31 de dezembro de 2024), na rubrica "despesas financeiras", conforme nota explicativa n° 5. A taxa de amortização é de 2,86% a.a., linear para todo o período do contrato de concessão. b) Amortização: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. c) Teste por redução ao valor recuperável: A Companhia avalia a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos intangíveis decorrente do contrato de concessão, sempre que existam indícios de perda ou, no mínimo, ao final de cada exercício social. Para fins dessa avaliação, a Administração considera como unidade geradora de caixa (UGC) o direito de concessão, uma vez que os fluxos de caixa gerados são essencialmente interdependentes e não podem ser identificados de forma individualizada para ativos específicos. O valor recuperável da UGC é determinado com base no maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Considerando a inexistência de mercado ativo para a alienação do direito de concessão, a Administração adotou o conceito de valor em uso, calculado por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, consistente com as melhores práticas de avaliação econômica aplicáveis a concessões de infraestrutura. Os fluxos de caixa projetados foram elaborados com base no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, abrangendo o período de 2026 até o término da concessão, e refletem as premissas operacionais, econômicas e regulatórias consideradas razoáveis e fundamentadas pela Administração, incluindo projeções de crescimento da base de clientes, evolução da cobertura de serviços, eficiência operacional, níveis de investimento e reajustes tarifários previstos contratualmente. As projeções foram elaboradas em termos nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa que reflete a avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos associados à unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto nominal utilizada foi de 13,66% (10,71% em 31 de dezembro de 2024), calculada com base na metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), considerando parâmetros de mercado aplicáveis a concessões comparáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão. Como resultado dessa avaliação, o valor recuperável da unidade geradora de caixa excedeu seu valor contábil, não sendo necessária a constituição de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

11. Fornecedores	2025	2024
Água comprada para revenda (a)	32.389	-
Fornecedores diversos	48.296	31.637
Circulante	78.221	31.637
Não circulante	2.464	-
Total	**80.685**	**31.637**

(a) Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual e pelo volume fixado para cada período durante os três primeiros anos, conforme previsto no contrato de interdependência. Fornecedores – Risco sacado: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em linha separada no balanço patrimonial, o montante de R$2.069, referente a fornecedores risco sacado, sendo que essa operação não implicou alteração nos prazos e nas condições originais de pagamento.

12. Debêntures - **12.1. Política Contábil:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

12.2. Composição Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (a)	Venci-mento	2025	2024
Debêntures 1ª emissão - Iguá Saneamento S.A. (b)		2,50	2029	55.998	48.283
Debêntures 2ª emissão	CDI	16,81	2029	2.184.357	1.864.246
Debêntures 3ª emissão	CDI	16,81	2029	894.128	-
				3.134.483	**1.912.529**
(-) Custo de transação				(55.493)	(56.420)
Circulante				412.243	-
Não circulante				2.666.747	1.856.109
Total				**3.078.990**	**1.856.109**

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. (b) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia. Debêntures obrigatoriamente conversíveis: 1ª emissão: Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures privadas, simples e mandatoriamente conversíveis em ações em série única no montante de R$760.000, no valor nominal unitário de R$1,00 (um real), tendo sua Controladora na qualidade de debenturista e vencimento final em 5 anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de novembro de 2029. Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	760.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,98%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	2,5%
Prazo (meses)	60
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	47.601
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa n°13 b.)	712.399

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações, a Companhia considerou CDI + 2,5% a.a. (b) Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações. Debêntures simples, não conversíveis - 2ª emissão: Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu oferta pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de montante de R$1.850.000. As Debêntures contarão com juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2,50% ao ano, que serão pagos através de 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 1º de junho de 2026, com vencimento sempre no 1º dia dos meses de junho e dezembro de cada ano. O prazo de vencimento das debêntures é de 4,5 anos e a amortização se dará em parcela única, no vencimento, ressalvadas as hipóteses de resgate e amortização extraordinária, conforme previsto na escritura de emissão. 3ª emissão: Em 29 de abril de 2025, a Companhia concluiu oferta pública de distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$800.000. As debêntures contarão com juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2,50% ao ano, que serão pagos em 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 1º de junho de 2026, com vencimento sempre no 1º dia dos meses de junho e dezembro de cada ano. O prazo de vencimento das Debêntures é de 4,2 anos e a amortização se dará em parcela única, em 1º de junho de 2029, ressalvadas as hipóteses de resgate e amortização extraordinária, conforme previsto na escritura de emissão.

12.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de debêntures

Saldo em 1º de janeiro de 2024	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	1.897.601
Custo de transação pago	(25.847)
Custo de transação	(31.637)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**1.840.117**
Outras variações	
Custo de transação	1.065
Provisão de juros - partes relacionadas	681
Provisão de juros	14.246
Total de outras variações	**15.992**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.856.109**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	800.000
Custo de transação pago	(14.718)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**785.282**
Outras variações	
Custo de transação	15.645
Provisão de juros - partes relacionadas	7.715
Provisão de juros	414.239
Total de outras variações	**437.599**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.078.990**

12.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants): A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025 e está adimplente com os covenants não financeiros nessa mesma data-base.

13. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$640.001 (idêntico em 31 de dezembro de 2024), representado por 640.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Saneamento S.A. detém 100% das ações.

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

	Data	Prazo de vencimento	Taxa de juros	Quantidade (em milhares)	Total registrado em patrimônio líquido
1ª emissão	2024	26/11/2029	2,5%	760.000	712.399

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão. c) Reservas de lucros - *Reserva legal*: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados. d) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício, não há base para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no período.

14. Gerenciamento do capital: A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios. Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	4.182.795	3.730.251
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(223.805)	(424.594)
(=) Dívida líquida (A)	3.958.990	3.305.657
Total do patrimônio líquido (B)	1.066.752	1.335.721
Índice de alavancagem (A/B)	**3,71**	**2,47**

15. Instrumentos financeiros - 15.1. Categoria dos instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. b) Passivos financeiros: A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras". A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis). A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

		Valor justo resultado (Nível 2)		Ativo por meio do ao custo amortizado		Passivos mensurado financeiros mensurados ao custo amortizado	
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	60.080	-	-	-
Aplicações financeiras (a)	8	163.725	424.594	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	134.642	-	-	-
Ativos financeiros		**163.725**	**424.594**	**194.722**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	82.754	31.637
Partes relacionadas a pagar	16 b.	-	-	-	-	5.064	9.751
Poder concedente a pagar	10 a.	-	-	-	-	967.573	1.832.205
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	15.974	-
Debêntures (b)	12	-	-	-	-	3.134.483	1.912.529
Passivos financeiros		**-**	**-**	**-**	**-**	**4.205.848**	**3.786.122**

(a) Para fins de determinação do nível 2 a Companhia observa a variação do valor da cota do fundo de investimento exclusivo que por sua vez reflete a marcação a mercado que é realizada diariamente. Esta marcação é realizada pelo administrador do fundo de investimento com base na precificação de cada ativo que compõe o portifólio do fundo e reflete as cotações observadas no mercado. (b) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. **15.2. Fatores de riscos financeiros:** A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros. *Estrutura do gerenciamento de risco:* A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *i) Risco de crédito*: O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras. A diversificação da base de clientes e o histórico de recebimento mitigam esse risco, enquanto os saldos de caixa e aplicações financeiras são mantidos junto a instituições financeiras consideradas de primeira linha. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.080	-
Aplicações financeiras	8	163.725	424.594
Contas a receber e outros recebíveis	9	134.642	-
Total		**358.447**	**424.594**

ii) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão. A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	11	82.754	31.637
Passivo de arrendamento		15.974	-
Poder concedente a pagar	10 a.	967.573	1.832.205
Debêntures (a)	12	3.078.485	1.864.246
Circulante		1.488.614	951.799
Não circulante		2.656.172	2.776.289
Total		**4.144.786**	**3.728.088**

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros:

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 anos em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	82.754	82.754	80.290	121	2.321	-	22	-
Poder concedente a pagar	967.573	1.008.986	1.008.986	-	-	-	-	-
Debêntures (a)	3.134.483	5.314.745	839.801	340.517	327.742	2.813.871	-	992.814
Total	**4.184.810**	**6.406.485**	**1.929.077**	**340.638**	**330.063**	**2.813.871**	**22**	**992.814**

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *iii) Risco de preço*: As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato. *iv) Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno. Risco de taxa de juros: A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às debêntures indexadas ao CDI e às obrigações vinculadas a índices de inflação. Oscilações nessas taxas podem impactar as despesas financeiras e o resultado do exercício. Considerando a estrutura de capital do projeto e o estágio inicial da concessão, a Administração acompanha a evolução das taxas de juros e avalia periodicamente os impactos potenciais sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia, conforme demonstrado na análise de sensibilidade apresentada nesta nota explicativa. A Administração entende que os riscos financeiros aos quais a Companhia está exposta são compatíveis com a natureza de suas operações e com o modelo econômico-financeiro da concessão, não havendo concentrações de risco que possam comprometer a continuidade operacional ou a execução do Plano de Negócios aprovado. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:* Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

					Cenários							
					Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição em 2025	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Indexados ao CDI												
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	214.285	CDI	13,62	29.178	17,02	36.464	20,43	43.771	10,22	21.892	6,81	14.585
Passivos financeiros												
Debêntures 2ª emissão	(2.184.357)	CDI	13,82	(301.878)	17,28	(377.457)	20,73	(452.817)	10,36	(226.299)	6,91	(150.939)
Debêntures 3ª emissão	(894.128)	CDI	13,82	(123.568)	17,28	(154.505)	20,73	(185.353)	10,36	(92.632)	6,91	(61.784)
Total	**(2.864.200)**			**(396.268)**		**(495.498)**		**(594.399)**		**(297.039)**		**(198.138)**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(99.230)		(198.131)		99.229,00		198.130,00
Indexados ao IPCA												
Passivos financeiros												
Poder concedente a pagar	(967.573)	IPCA	3,71	(35.897)	4,64	(44.895)	5,57	(53.894)	2,78	(26.898)	1,85	(17.899)
Total	(967.573)			(35.897)		(44.895)		(53.894)		(26.898)		(17.899)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						**(8.998)**		**(17.997)**		**8.999,00**		**17.998,00**
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros	**(3.831.773)**			**(432.165)**		**(540.393)**		**(648.293)**		**(323.937)**		**(216.037)**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						**(108.228)**		**(216.128)**		**108.228**		**216.128**

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

16. Partes relacionadas - 16.1. Política: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo	Passivo		Resultado	
	2025	2025	2024	2025	2024
Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures	(Nota 9)				
Centro de soluções compartilhadas - CSC (a)	-	3.434	-	(18.065)	-
Repasse de recursos (b)	49	1.630	9.751	(37.082)	(3.110)
Debêntures - Iguá Saneamento - nota explicativa 12	-	55.998	48.283	(7.715)	(681)
Circulante	49	5.064	-	-	-
Não circulante	-	55.998	58.034	-	-
Total	**49**	**61.062**	**58.034**	**(62.862)**	**(3.791)**

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. **16.2. Remuneração da Administração-chave:** A Administração-chave compreende os diretores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração inclui benefícios de curto prazo e remuneração variável, conforme demonstrado a seguir:

	2025
Benefícios de curto prazo (a)	2.458
Remuneração variável	2.068
Total	**4.526**

(a) Os valores de benefícios de curto prazo incluem remunerações, encargos sociais, benefícios diretos e indiretos.

17. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis a Companhia, são as seguintes:

	2025	2024
Riscos operacionais	80.500	-
Seguro garantia	340.405	315.666
Responsabilidade civil	80.000	-
Veículos	50.000	-
Fiança Locatícia	1.224	-
Risco de engenharia	126.050	-
Total	**678.179**	**315.666**

18. Compromissos - a) Taxa de Fiscalização: De acordo com as diretrizes do Contrato de Concessão, e definições das Leis Estaduais nº 6.661/2009 e 8.442/2018, a Concessionária deverá recolher a taxa de fiscalização dos serviços a partir do segundo mês da operação do sistema. A taxa de fiscalização corresponde a 1% da Receita Tarifária faturada pela Concessionária no ano-corrente anterior, deduzidos os tributos de faturamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R$5.568. b) Compra de água: Refere-se, ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo índice de reajuste contratual. Durante os 3 primeiros anos da concessão, a Companhia pagará por um volume fixo de água, conforme estimativas abaixo:

Ano 1: 01/10/2025 até 30/04/2026 - R$ 142.762;
Ano 2: 01/05/2026 até 30/04/2027 - R$ 428.018;
Ano 3: 01/05/2027 até 30/04/2028 - R$ 431.606.

Em 6 de maio de 2025, a Companhia realizou a antecipação do pagamento de uma parcela mensal no montante de R$33.107, referente ao volume mínimo de água especificado na Cláusula 10.1 do Contrato de Interdependência, que será compensada pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) em 12 (doze) parcelas mensais iguais, corrigidas pela taxa CDI durante o período, observada carência de 7 (sete) meses contados da data de antecipação. A transação foi reconhecida no grupo de outros ativos, respeitando os critérios de segregação entre curto e longo prazo. Em novembro de 2025, foi realizada a compensação entre o valor devido pela Companhia à DESO em decorrência do ciclo de medição faturado no período em que a DESO ainda figurava como prestadora dos serviços públicos e o saldo da antecipação da compra de água no montante de R$29.451. O saldo residual referente a antecipação no montante de R$3.656, permanece registrado no longo prazo e deverá ser restituído à Companhia em condições a serem pactuadas futuramente. c) Faturamento de serviços prestados pela DESO: Durante a operação assistida do sistema da concessão, a receita correspondente à prestação dos serviços pertencerá exclusivamente à DESO, a quem caberá seu faturamento e cobrança, cabendo à controlada Iguá Sergipe a receita tarifária relativa aos serviços prestados a partir do primeiro dia da operação do sistema da concessão. Conforme mencionado acima, em novembro de 2025, através do ofício n°773/2025-Iguá/SE a Companhia apurou como montante devido a DESO o valor de R$29.451, que foi compensado com o adiantamento do pagamento da parcela da compra d'água. Há um montante de R$5.044, que ainda não foi arrecadado, cuja quitação permanece condicionada ao eventual pagamento futuro das faturas pelos usuários. A Companhia irá acompanhar a arrecadação deste saldo remanescente até o mês de abril de 2026. d) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle físico dos bens reversíveis e formalizar as movimentações ao poder concedente.

19. Informações complementares a DFC - Transações não envolvendo caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do período.

	2025
Aquisição de ativo intangível a prazo	16.412

Composição da Diretoria

Diretoria

Fernando Soares Vieira de Lima | **Eric Wormann Maffazzioli** | **William Gomes Figueiredo**

Contador

Fabrício dos Santos Teixeira - CRC/SP nº 1SP347408/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Iguá Sergipe S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Sergipe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto* - Por que é um PAA : Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de R$626.479 mil em 31 de dezembro de 2025.O processo de reconhecimento dessas receitas envolve elevado volume de transações e uma base altamente pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas requer a utilização de estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, com base em premissas e julgamentos definidos pela Administração da Companhia. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Administração no reconhecimento das receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo as estimativas relacionadas à mensuração da receita não faturada; e (iii) ao elevado volume de transações processadas mensalmente. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) A avaliação do desenho e da implementação, bem como a execução de testes de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento de especialistas em Tecnologia da Informação para a avaliação dos controles gerais do ambiente de TI e dos controles automatizados associados ao reconhecimento de receitas. ii) A elaboração de projeções independentes, com base em premissas históricas de receita, volume faturado e base de clientes, e a comparação dos resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. iii) Execução de testes substantivos sobre as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reconhecidas no exercício, com o objetivo de avaliar a ocorrência e a exatidão das transações. iv) No que se refere à estimativa da receita a faturar relacionada a volumes consumidos e ainda não faturados, a verificação dos dados, premissas e critérios adotados pela Administração, bem como da consistência desses critérios em relação ao exercício anterior, incluindo o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025 e a realização de testes de inspeção documental, em base amostral, por meio do exame das faturas subsequentes e de sua respectiva liquidação. v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas aos processos de reconhecimento de receitas brutas de prestação de serviços abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em função dessas constatações, ajustamos nossa abordagem de auditoria, com ampliação da extensão dos procedimentos inicialmente planejados, de modo a obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências obtidas, consideramos que as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão* : Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativos de contrato e outorga da concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R$3.895 mil, R$191.178 mil e R$4.500.766 mil. Esses saldos, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção e na melhoria da infraestrutura, de acordo com os contratos de concessão e as práticas contábeis aplicáveis. Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida que o concessionário obtém o direito (autorização) de cobrar dos usuários pelos serviços públicos prestados, por meio da aplicação de tarifas. Os ativos de contrato correspondem aos ativos intangíveis de concessão ainda em fase de construção, os quais são reclassificados para a rubrica de ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se aos montantes pagos em decorrência da celebração dos contratos de concessão, os quais são amortizados de forma linear ao longo do prazo contratual. A mensuração da infraestrutura de concessão é realizada com base no método do custo acrescido de margem, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Esse processo envolve julgamentos significativos, uma vez que é impactado pela diversidade e pela natureza dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, aumentando a complexidade da adequada mensuração e classificação contábil desses ativos. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) às especificidades relacionadas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, os quais envolvem determinado grau de julgamento por parte da Administração na distinção entre custos capitalizáveis e despesas de manutenção; e (iii) ao elevado grau de julgamento requerido na avaliação da recuperabilidade dos ativos, que depende da utilização de premissas e estimativas de natureza subjetiva. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria : Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) A avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão. ii) A execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Administração, com o objetivo de avaliar a existência de eventuais indicativos de redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas relevantes de negócio, incluindo projeções de crescimento de receita, custos e despesas, bem como envolvemos especialistas para avaliação do modelo utilizado na elaboração das premissas, verificação do cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, a fim de avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão apresentavam indícios de desvalorização. iii) Execução de testes substantivos, em base amostral, sobre as adições ao ativo, com a finalidade de avaliar a ocorrência, a mensuração e a natureza dos gastos, bem como a adequação da classificação entre custos capitalizáveis ou despesas, por meio da inspeção da documentação suporte correspondente. iv) A execução de testes, em base amostral, sobre as transferências realizadas de ativo de contrato (obras em andamento) para ativo intangível, com o objetivo de avaliar a exatidão do momento de início da amortização. v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de capitalização de ativos, bem como ajustes de natureza imaterial, os quais demandaram a reavaliação de nossa abordagem de auditoria e a ampliação da extensão dos nossos procedimentos inicialmente planejados, com o objetivo de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, no exercício de seu julgamento, decidiu não registrar tais ajustes, por tê-los considerado imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão - compreendendo o ativo intangível, o ativo de contrato e a outorga da concessão, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. **Outros Assuntos** - *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 31/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais